



## A UTILIZAÇÃO DAS FONTES OFICIAIS NO ESTUDO DA CRIMINALIDADE (SALVADOR/1940-1960).

Wanderson B. de Souza<sup>1</sup>  
Raphael Rodrigues Vieira Filho<sup>2</sup>

**Resumo:** *Este trabalho se insere em um contexto histórico, no qual aspectos da violência eram apresentados com frequência em nossa sociedade, seja através das políticas de segurança pública, seja pelos conflitos entre os indivíduos em particular. Nosso objetivo maior é desenvolver algumas reflexões a respeito da utilização das fontes criminais em “Operações Historiográficas”, sinalizando algumas formas de tratamento que por ventura podem ocorrer com tais documentos. A partir dessas, buscaremos saber as formas como a criminalidade se apresentou no universo social dos indivíduos considerados criminosos, pertencentes as camadas subalternas. A criminalidade acabou transformando e redefinido as relações sociais antes estabelecidas na Salvador Republicana do citado período, o que nos remete a pensar como esses conflitos e tensões ocorridas foram capazes de influenciar nas práticas cotidianas da época.*

**Palavras-Chave:** Criminalidade; Fontes Criminais; Cotidiano; Poder.

### INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no campo da pesquisa historiográfica apontam para uma crescente pluralidade temática e de abordagem, tendo possibilitado ao historiador melhores condições para o entendimento sobre as sociedades. Entendemos, portanto, que o estudo sobre a criminalidade pode ser concebido enquanto possibilidade de compreender o universo cotidiano dos sujeitos ligados direto ou indiretamente com práticas criminosas na sociedade. Aqui, tomamos como ponto de partida as relações conflituosas estabelecidas no âmbito daquilo que identificamos como criminalidade, no intuito de, acompanhando as trajetórias de vida de sujeitos criminosos ou criminalizados, identificar as relações estabelecidas entre os indivíduos e segmentos marginalizados e os demais segmentos da capital baiana.

Criminalidade e crime serão aqui trabalhados de acordo com a definição de Boris Fausto, em sua obra *Crime e Cotidiano*, na qual o mesmo entende as duas expressões como tendo significados específicos. Para ele, “‘criminalidade’ se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através de constatações de regularidades, cortes; ‘crime’ diz respeito ao fenômeno na sua singularidade, cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.” (FAUSTO, 2001, p. 19);

Nesse sentido, entendemos que as categorias de análise criminalidade e crime não se excluem, mas impõem procedimentos metodológicos específicos. No primeiro plano, abordaremos os comportamentos criminosos e sua ligação com a trama social; em segundo plano

---

<sup>1</sup> Graduado em História, pela Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas-Campus V/Santo Antonio de Jesus-Ba; Estudante do Programa de Mestrado, História Regional e Local (UNEB/DCH-V); Bolsista/FAPESB; E-mail: wbs2003@bol.com.br - Autor.

<sup>2</sup> Orientador, professor do Programa de Mestrado em História Regional e Local – UNEB/DCH-V.



estaremos atentos para as particularidades do crime em si, enquanto objeto de análise, neste, seguiremos a sugestão de Ginzburg (1991) que defende *o nome* do indivíduo como *um fio condutor* para os estudos dos “*estratos subalternos da sociedade*”, permitindo ao investigador encontrá-lo em contextos sociais diversos. Essa *investigação micronominal*, permite ao historiador, se deslocar, com êxito, pelo “*labirinto documental*”, possibilitando-lhe identificar o *tecido social* no qual o indivíduo estava inserido.

Para Núncia S. de Constantino (2004), a *História Local* ou *Regional* pode ser pensada como um prolongamento do nosso grupo familiar que reflete a necessidade de conhecer-se e narrar-se, na qual buscamos valorizar redes familiares, lembranças da infância, genealogias, bem como tradições orais. Na verdade, é o resultado do nosso desejo de narrar o nosso próprio passado, um passado ao qual nós pertencemos enquanto sujeitos históricos. As versões aqui narradas sobre as histórias desses sujeitos criminosos constituem-se como uma tentativa de reconstrução das experiências cotidianas das pessoas pertencentes às camadas ditas subalternas. Concordo, portanto, com a idéia da referida autora, quando a mesma defende que a *história Local e Regional* deveria partir de um estudo da relação entre as pessoas e o espaço habitado. É nessa perspectiva que busco desenvolver este trabalho.

## **NOS LABIRINTO DAS FONTES: Uma questão documental**

Ao propor o estudo sobre *História Regional e Local*, Eivaldo F. Neves (2002) se propõem divulgar alternativas teórico-metodológicas da pesquisa nessa linha, acreditando poder difundir a pesquisa do passado de pequenos mundos, esse articulado a totalidade histórica. Para o referido autor:

Há inúmeros recursos teóricos e metodológicos para se pensar o passado e suas implicações sobre o presente. Na investigação de universos materiais e culturais de grupos sociais ou parcelas espaciais de um país, os recursos metodológicos da *história regional e local* possibilitam alcançar até o cotidiano comunitário e familiar. Entretanto, criticamente por se fundamentar em recortes geográficos institucionalizados ou pré-existentes e os reproduzir sem se preocupar com a historicidade ou o processo de formação deles. Seria, portanto, tão frágil e superficial quanto a flexibilidade dos limites espaciais do seu objeto de estudo. (Neves, 2002, p. 9)

Ele sugere que a opção metodológica deva resultar da natureza das fontes documentais consultadas. Na verdade, ele parte do pressuposto de que a *História Regional e Local*, enquanto referencial teórico-metodológico capaz de alcançar dimensões inatingíveis por outras abordagens. Para ele, “Revela facetas de viveres e saberes que ampliam o conhecimento histórico, tanto no campo teórico, quanto na prática investigativa” (p. 9).

Por outro lado, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) acredita que o procedimento da “*História Regional*”, define uma região, um espaço geográfico, como um *a priori*, o qual é anacronicamente remetido para antes de sua própria constituição, como resultado de certas forças políticas, às vezes, antagônicas, mas que se encontram na reprodução dessa idéia de região. Essa imagem, acredita, precisa ser reelaborada seguindo estratégias variadas, pois o regionalismo não é apenas um discurso ideológico, ele não mascara a verdade da região, *ele a institui*:



Por isso, o discurso regionalista não pode ser reduzido a enunciação de sujeitos individuais, de sujeitos fundantes, mas sim a sujeitos instituintes. Nesse discurso, o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social. Este discurso permite que as mesmas imagens e enunciados sejam agenciados por diferentes sujeitos e eles são apenas articuladores no meio desta dispersão de enunciados, conceitos, temas e formas de enunciação. A consciência regional (...) emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificados pelas necessidades colocadas pelo tempo... (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, pp. 50).

É possível aplicar os pressupostos teórico-metodológicos da *História Regional e Local*, a qualquer local do país, desde que leve em consideração as condições e os recursos investigativos desse procedimento, pois assim como toda proposta metodológica, pressupõe articulações com os fundamentos teóricos da história e da historiografia. Segundo Neves (2002), para a verificação da realidade de seus métodos de narrativas e interpretação na representação do passado, assim como outros métodos de pesquisa, a prática da *História Regional e Local*:

...deve-se iniciar pela identificação das fontes, seguindo-se com a definição dos recursos metodológicos mais adequados a elas, para não se emaranhar em labirintos teóricos, que levem ao distanciamento do objeto de estudo. A interdisciplinaridade pode enriquecer a produção historiográfica quando teorias e métodos utilizados instrumentalizam a construção do conhecimento de um grupo social específico, de uma nacionalidade, ou outras dimensões da humanidade. (Neves, 2002, p. 46)

Com relação a utilização de documentos em uma pesquisa histórica, Neves (2002) destaca que sua importância pode variar de acordo ao objeto e método empregado no processo de investigação. Apontando um conjunto de fontes muito utilizadas em pesquisa de *História Regional e Local*, o autor destaca a relevância dos processos cívicos e crimes, entre os outros tipos de fontes documentais, os quais “oferecem radiologia do cotidiano comunitário, dos viveres e saberes de um grupo social de determinada época ou algum recorte temporal mais amplo” (Neves, 2002, p. 98).

Esse procedimento metodológico de redução da escala de observação, baseia-se na proposta de Giovanni Levi (1992), pois o mesmo acredita ser a observação microscópica reveladora de fatores previamente não observados, fatos que de outra forma seriam imperceptíveis. Para este autor, os fatos aparentemente “insignificantes” e “casos individuais” podem servir para revelar um fenômeno mais geral.

Para Ciro F. Cardoso (1990), o estudo dos movimentos sociais constitui o campo principal da história social, cuja falta de fontes torna, frequentemente, impossível a reconstrução desses movimentos, “nos condena a conhecê-los quase só por intermédio de terceiros”. Tais movimentos sociais “são, no curso da história, uma série de explosões de violência, expressão nerválgica da luta cotidiana contra a opressão e o domínio social...” (CARDOSO, 1990, p. 383), portanto, conclui, *uma revolta que escapa à repressão escapa à história*.

A ressalva é que devido à dificuldade de ter acesso aos documentos produzidos pelas camadas subalternas, envolvidas na prática da criminalidade, nos induz buscar a utilização dos registros produzidos pelos setores jurídico e policial, uma vez que o mesmo nos leva a perceber um pouco do universo que envolvia esses sujeitos. Essa documentação apresenta táticas discursivas com as quais esses sujeitos buscaram justificar seus atos e expressar sua visão de



mundo. Assim como qualquer outro documento, essa fonte também requer certos cuidados específicos em seu trato, tal como sugere Silvia Helena Z. Martins (1998, p. 88), os documentos provenientes dos arquivos da repressão:

...são depositários de informações valiosas que possibilitam apreender os valores, crenças e esperanças dos personagens envolvidos. Longe de ser portador de um discurso neutro ou mesmo objetivo, esse tipo de documento é antes o resultado de uma ação claramente desequilibrada e mediada por filtros muitas vezes deformantes. Apesar desses filtros intermediários e deformantes, tal fonte não constitui um documento menos “objetivo” do que outro...

A partir dos processos criminais é possível perceber as formas como foram produzidas as explicações das diferentes versões dos envolvidos em ações criminosas (acusado, delegado, testemunhas, promotor, juízes, assim como as marcas do escrivão no processo). Mais do que se preocupar com a veracidade do ocorrido, é importante atentar para as versões contidas em cada documento, e seus significados existentes nas representações sistemáticas. Em suas análises sobre processos criminais, Martins (1998, p. 89) conclui:

Essa documentação permite ainda recuperar aspectos do cotidiano das categorias marginalizadas, penetrar no espaço onde a pobreza viveu e atuou, perceber as lutas que desenvolveram pela sobrevivência e as saídas nem sempre lícitas que empreenderam em busca de melhores condições de vida. Se por um lado essa documentação expressa o conformismo destas vidas vigiadas, por outro revela as estratégias que buscaram para justificar suas atitudes e expressar sua visão de mundo.

Acredito que a leitura das fontes provenientes dos arquivos da repressão, nos permite identificar como as camadas subalternas buscaram resistir às tentativas de controle impostas pelos grupos dominantes que instaurou no Brasil, no período considerado de redemocratização, em especial os anos entre 1940 e 1960. Embora as ações criminosas aqui analisadas, práticas de homicídios e de agressões físicas, pareçam “... ambíguas, inconstantes e contraditórias, retratam a não submissão a um projeto controlador...” (Martins, 1998, p.115), em uma cidade em vias de grandes transformações. Neste caso, o fato da existência de mais documentação sobre uma determina época pode revelar, “... mais do que a frequência do fenômeno estudado, a mudança institucional, seja de aumento de aparelho repressor, seja de vigilância especial de um administrador; ou pode ser devido, simplesmente, aos casos da documentária” (CARDOSO, 1990, p. 384-5).

Ao defender que os inquéritos micro-históricos, em muitos casos, têm os temas do privado, do vivido e do pessoal, como objeto de análise, Carlo Ginzburg (1991) traz elementos que nos ajudam a compreender, em nosso caso particular, a importância dos processos criminais, os quais nos apresentam os indivíduos enquanto criminosos, autores, vítimas e/ou testemunhas de um crime. O autor também chama atenção para o risco que corremos em determinados estudos, quando não atentamos para a complexidade existente nas relações que ligam os sujeitos a uma determinada sociedade.

Na compreensão de Boris Fausto (2001), as estatísticas, entendamos como as criminais, refletem, bem ou mal, uma prática de cunho repressivo, a qual tem uma relação complexa com o crime tal qual o definido nos códigos criminais. Por outro lado, o mesmo autor afirma que “a relatividade das estatísticas de prisões representa sob certos aspectos uma limitação” (FAUSTO,



2001, p. 30), embora aquilo que aparece, a primeira vista, apenas como lacuna, pode abrir caminhos para outros níveis de compreensão a respeito da criminalidade aqui discutida.

No artigo, *Folclore, Antropologia e História Social*, Edward P. Thompson (2001) aponta algumas reflexões sobre o contraste entre métodos quantitativos e qualitativos de análise, usados no estudo de comportamentos criminosos, de violência e repressão. Para esse autor, os historiadores que tem atuado nessa área utilizando métodos quantitativos, mesmo quando os utilizaram com cuidado, acabaram produzindo um conhecimento, de certa forma, limitado, pois “... Nem o terror nem o contraterror revelam seu significado numa pesquisa puramente quantitativa, pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico, que atribui valores diferentes a tipos distintos de violência” (THOMPSON, 2001, pp. 240-1).

Ao discorrer sobre o *método indiciário* ou *paradigma indiciário*, Ginzburg (1989) nos mostra algumas sugestões para pensar a tarefa da pesquisa histórica, com a qual se pretende partir do ponto de vista qualitativo e minucioso sobre a sociedade. Ele chama atenção para as necessidades de distinguir os indivíduos em cada sociedade, sendo que os modos de enfrentar essas necessidades podem variar conforme o tempo e lugar.

Em outro momento dessa sua obra, Ginzburg (1991) aponta como um dos elementos distintivos, o nome, embora, a depender da complexidade da sociedade analisada, segundo o autor, o mesmo “parece insuficiente para circunscrever inequivocadamente a identidade de um indivíduo” (GINZBURG, 1991, pp. 171-2). Outro meio de identificação dos indivíduos baseava nas impressões digitais, com a qual, ainda hoje, é realizada investigações no âmbito da criminalidade.

A localização temporal dessa pesquisa compreende um período de 20 anos, entre os quais situa uma modificação no tocante a elaboração ou construção dos processos crimes em análise. Na década de 1940, especificamente na sua primeira metade, os referidos documentos, pelo menos os abarcados pelo recorte temporal desse trabalho, deixam de ser produzidos de forma manuscrita e passa a ser elaborados através de máquinas de datilografia. De princípio, isso pode parecer trivial, mas um olhar mais atento vai perceber que tal mudança traz em si, algumas implicações ao ofício do historiador.

Por um lado, a transformação foi positiva, pois facilitou o trabalho de leitura e análise desses documentos, já que a escrita produzida por esses equipamentos se tornou mais compreensível que a grafia de muitos escrivães, os quais, na maioria das vezes possuíam uma forma de escrever quase incompreensível. Do ponto de vista de análise dos minuciosos detalhes desses documentos, as implicações foram, a meu ver, negativas, uma vez que cada processo, considerado um produto artesanal, com fisionomia própria, o qual Fausto (2001, p. 30) salienta que esse documento:

... contém uma rede de signos que se impõe à primeira vista, antes mesmo de uma leitura cuidadosa do discurso. Distinções espaciais expressam-se nos erros de grafia, na transcrição em conjunto dos depoimentos de várias testemunhas, indicando que um processo foi instaurado em um bairro distante, com marcar fortemente rural. Pobreza e riqueza deixam por vezes nítidas pegadas distintas... Toda uma gradação da eficácia do documento se insinua, segundo quem o emite, a força de seu conteúdo verbal, os signos formais de que está revestido...

Não queremos aqui defender que com essa transformação, o processo-crime tornou-se uma fonte limitada ao olhar do historiador. Não que esse profissional, não mais possa analisar as formas de produção discursiva presentes nesse tipo de documentação. O que se tem na verdade, é



o fato de alguns detalhes, antes mais nítidos, tornaram-se mais sutis, como por exemplo, as marcas do escrivão, os erros, os destaques, os riscos, enfim.

Para as pesquisas que tomam como recorte temporal os períodos mais recentes da história, Cardoso (1990) sugere a utilização de documentação do tipo jornalístico (reportagens, artigos, publicações de baixo-assinados, entre outros). Ao discutir sobre os periódicos produzidos pela imprensa, Neves (2002, p. 101) defende que “A utilização de jornal como fonte histórica exige cuidado, porque pode publicar uma notícia em um dia e modificá-la ou negá-la noutro. Recomenda-se só extrair notícia de um jornal depois de conhecer a cronologia dos fatos e certificar-se de sua veracidade...”.

O trabalho de Lilia Moritz Schwarcz (1987), *Retrato em Branco e Negro*, constitui uma significativa sugestão para se pensar essa questão a partir da produção discursiva da imprensa, pois, para a autora, os jornais podem ser lidos e interpretados de diversas maneiras e é preciso estar atento para o fato de que, neles são apresentados vários relatos que trazem inúmeras “pistas” e “sinais”, os quais possibilitam diversas interpretações sobre um mesmo fato. Segundo ela, “através de uma série de recurso de pontuação, grifos e expressões, o texto encaminha ironicamente a reflexão contra a aparente verdade que começa a enunciar” (SCHWARCZ, 1987, p. 13). Com base nesse processo, buscamos captar aspectos particulares das supostas mudanças e permanências históricas expressas nos discursos da imprensa soteropolitana do período recortado por nós. Além disso, esse argumento nos ajuda a compreender o papel desempenhado pela imprensa baiana no processo de noticiar o problema da criminalidade local.

A organização cronológica com a qual os fatos são apresentados cotidianamente pela imprensa nos possibilita situar os objetos de estudo em um contexto mais amplo, valendo apenas seguir a recomendação do último autor, de se atentar para a cronologia dos fatos e sua existência, longe da paranóia da busca pela veracidade. Na opinião de Neves (2002):

A escrita da *história regional e local* requer articulação das informações sobre os grupos sociais estudados com recortes espaciais mais amplos sem perder a perspectiva da totalidade histórica nesse estudo das particularidades em indissolúvel articulação com o todo, convém estabelecer comparações, destacar relevância e verificar possibilidades metodológicas alternativas. (Neves, 2002, p. 104)

Em qualquer trabalho historiográfico, cabe ao pesquisador, após definir os seus recortes (temporal o espacial) a ser estudado, construir, a partir das fontes disponíveis, os instrumentos teórico-metodológicos mais adequados para sua pesquisa. Nesse caso, os referenciais teóricos devem subsidiar na leitura interpretativa dos resultados alcançados, sem que esse seja por ele determinados. Para Neves (2002):

...Quanto aos recursos metodológicos, limitam-se em roteirizar a investigação sem, contudo, interferir na essência do objeto de estudo. Como ato [mal do processo de escrita da história, deve-se expor os métodos utilizados para a construção do enredo, apresentar os postulados teóricos que proporcionaram a interpretação do conhecimento histórico e indicar as fontes de informação sobre os acontecimentos que proporcionaram a elaboração da narrativa. (Neves, 2002, p. 106)

A proposta do autor é a de que é necessário se iniciar pela identificação das fontes, seguindo-se com a definição dos recursos metodológicos mais adequados a elas, o que segundo o



mesmo, evita se emaranhar em labirintos teóricos, que levem ao distanciamento da proposta de estudo.

Os inúmeros vestígios contidos nas fontes mencionadas, embora dispersas em algumas instituições responsáveis em garantir sua preservação, visam dar conta da problemática aqui elaborada. A diversidade dessas fontes contemplará os objetivos almejados nessa pesquisa, pois esses vestígios contêm muitas informações sobre as trajetórias cotidianas dos mais variados sujeitos históricos que este trabalho pretende estudar, tanto o criminoso em sua particularidade, como sua relação com a sociedade.

## CONCLUSÃO

As fontes que tratam da temática são produzidas por profissionais que se apropriam do discurso jurídico-policial, refletindo assim, a linha de pensamento desses setores. Destacamos, porém, que toda documentação possui suas peculiaridades discursivas e, devido a sua complexidade, os discursos contidos nessas fontes, não podem ser simplesmente reproduzidos, indiscriminadamente. Para além disso, é preciso submetê-los a uma análise crítica, fundamentada num conjunto de referências bibliográficas que versem sobre a temática, tendo como objetivo, entendê-las no contexto em que foram produzidas.

A documentação aqui apontada deve ser examinada com muita cautela, pois ela traduz, antes de tudo, as imagens que se quer transmitir dos sujeitos envolvidos em atos criminosos, determinadas pelos grupos que as constroem. Por isso, as fontes mencionadas neste trabalho, não podem ser tomadas como exatas descrições da realidade, o que podemos é utilizá-las como ponto de partida para a produção dos conhecimentos históricos. Portanto, devemos considerar cada fonte, em particular, enquanto expressão das mudanças e permanências de uma instância do social.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste**: e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. 2. ed Brasília: Ed. UNB, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 5. ed Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local?**. In: História. Unisinos – Vol. 8, Nº 10, jul/dez, (157-178) 2004.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**. Criminalidade em São Paulo, 1880/1924. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, Antonio F. Guerreiro de . **“Eu vou para a Bahia”**: a construção da regionalidade contemporânea. In: Bahia Análise e Dados. Salvador-Ba. SEI. V. 9. nº.4, p. 24-37. Março, 2000.



GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa [Portugal]: DIFEL, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

MARTINS, Silvia Helena Z.. **A Representação da Pobreza nos Registros de Repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais**. In: Revista de História Regional 3(1):87-116, Verão 1998.

NEVES, E. F. **História Regional e Local: Fragmentação e Recomposição da História na Crise da Modernidade**. Salvador: Arcádia; Feira de Santana; UEFS, 2002.

PEREIRA, M. A. M. **Discurso Burocrático e Normatização Urbana e Populacional no início do século XX**. Revista de História Regional. V.5. Nº 1.2000.

SANTOS, Mario Augusto da S.. **A Republica do Povo: sobrevivência e tensão-Salvador (1890-1930)**. Salvador. Edufba, 2001.

SCHIMITTI, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX - São Paulo**, 1987.

THOMPSON, Edward P. "Folclore, Antropologia e História Social". In: THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros Artigos**. Campinas-SP. Unicamp, 2001